

MARCELA AYRES ROCHA DE OLIVEIRA

**A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS EDUCACIONAIS NÃO
ESCOLARES**

GOIÂNIA

2021.2

MARCELA AYRES ROCHA DE OLIVEIRA

**A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS EDUCACIONAIS NÃO
ESCOLARES**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Dr. Antônio Evaldo Oliveira

GOIÂNIA

2021.2

MARCELA AYRES ROCHA DE OLIVEIRA

**A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS EDUCACIONAIS NÃO
ESCOLARES**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Dr. Antonio Evaldo Oliveira

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Professor(a) convidado(a):

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Nota Final: _____ ()

Goiânia, ___ / ___ / 2021.2

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha Mãe amada que me apoiou incondicionalmente na escolha pela graduação em Pedagogia, me auxiliando, orientando e dando força e ânimo durante toda minha jornada acadêmica;

À minha Avó materna, exemplo de garra na luta pelos seus ideais e de valorização da importância que os estudos e o conhecimento têm em nossas vidas, sendo uma inspiração para toda nossa família;

Ao meu Noivo, por seu orgulho com meus esforços e conquistas acadêmicas, e toda sua gentileza em me auxiliar sempre que precisei, me ajudando, inclusive, a manter o foco nos momentos de estudo e a aproveitar melhor os momentos de descanso;

Por fim, a todas as minhas queridas Amigas da Pedagogia, em especial Adrielly Pollyana, Anna Karollyna Ferreira e Renatha Roque, que tanto contribuíram para o meu crescimento no curso, na realização das atividades, nas trocas de experiências, no apoio nos momentos difíceis, nos diálogos, momentos de lazer e reflexões cotidianos, construindo laços de amizade que espero levar para sempre em minha vida e carreira profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me possibilitado cursar minha segunda graduação e começar uma carreira tão encantadora. Agradeço também pela saúde, força de espírito e sabedoria concedidas para que eu pudesse cursar Pedagogia da melhor maneira possível.

Aos meus Professores da Pontifícia Universidade Católica de Goiás que tanto contribuíram para meu crescimento como pessoa e como profissional da Pedagogia, expandindo minha visão de mundo, da realidade em que estamos inseridos e do universo da Educação com todos os seus obstáculos e contribuições na busca por uma sociedade mais justa e equilibrada.

Às Professoras, Coordenadoras Pedagógicas e demais profissionais com os quais tive contato, atuei e pude aprender em todo os estágios que tive o prazer de participar, deixando em minha mente exemplos eternos de inspiração, criatividade, dedicação e profissionalismo.

Ao professor Dr. Antônio Evaldo Oliveira, por sua paciência, atenção aos detalhes dos nossos trabalhos, auxílio na busca por materiais de pesquisa enriquecedores às nossas escritas e pelas palavras de estímulo tão importantes na composição deste projeto.

Enfim, agradeço de coração a todos que me ajudaram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho de conclusão da minha graduação.

A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode chegar a chefe de mina, que um filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidente de uma grande nação.

(NELSON MANDELA)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I - O PEDAGOGO E A EDUCAÇÃO FORMAL, INFORMAL E NÃO FORMAL: uma revisão da literatura e dos conceitos	13
CAPÍTULO II - O PEDAGOGO E SUA ATUAÇÃO EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCACIONAIS NÃO ESCOLARES	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS EDUCACIONAIS NÃO ESCOLARES

Marcela Ayres Rocha de Oliveira*

Antônio Evaldo Oliveira**

RESUMO: Ao pensar em práticas pedagógicas comumente as pessoas visualizam essa atuação voltada para a alfabetização de crianças, em escolas ou instituições formais de ensino. Esta monografia busca ampliar a visão comum, dissertando a respeito das múltiplas possibilidades de atuação de profissionais da Pedagogia nos mais variados espaços, indo de hospitais a unidades carcerárias, empresas, organizações não governamentais (ONGs), museus, projetos ambientais ou culturais, e até espaços jurídicos e psicopedagógicos. Essa discussão objetiva dar ciência às pessoas de que a formação atual de pedagogos considera embutir-lhes da capacidade de causar um impacto social positivo pela atuação educativa em qualquer lugar onde a necessidade por aprendizagem se faça presente, se adaptando, conseguindo interpretar necessidades cognitivas e definir as melhores metodologias para cada caso e ambiente. Assim, esta tese de conclusão de curso, cuja metodologia foi norteadada por pesquisas bibliográficas de referenciais teóricos como textos, livros, artigos, documentos legais e apostilas de estudiosos do tema, é destinada ao estudo da atuação dos pedagogos em espaços educacionais não escolares, sendo interessante a quem gostaria de saber mais sobre o alcance da formação em Pedagogia, e a todos aqueles impossibilitados de começar, dar andamento ou ampliar seus estudos da maneira tradicional em qualquer estágio de suas vidas e que estão em busca de um profissional capacitado para proporcionar alternativas de estudo acessíveis, personalizadas e de qualidade.

Palavras-chave: Educação, Educação Não Formal, Pedagogia, Aprendizagem, Atuação Pedagógica, Espaços Educacionais não Escolares.

* Aluna do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

** Professor da PUC Goiás, Mestre e Doutor em Educação. antonio.evaldo@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Para evoluir a vida humana carece de processos variados de aprimoramento de faculdades intelectuais, físicas e morais dos indivíduos, ocorridos em momentos e espaços diversos, buscando melhorar sua compreensão e integração com os meios nos quais estão inseridos, e os outros seres com os quais tenham contato. O ser humano precisa aprender sobre a vida, o mundo, a natureza, a sociedade, a história, sobre si mesmo, sobre sua cultura, precisa desenvolver seu raciocínio, sua capacidade de reflexão e abstração, sua criatividade, seu pensamento crítico autônomo.

Esse aprendizado pode ser feito por meio de contação de histórias, exemplificação, treinamento, discussão, diálogo, troca de experiências, pesquisas, observações e diversas outras formas de expandir seu pensamento para crescer como pessoa, melhorar sua vida e contribuir para sua comunidade, práticas e objetivos estes que compõem o ato de educar.

Vista como uma prática social de desenvolvimento de potencialidades, habilidades e competências, a Educação é o centro do universo pedagógico por sua extrema importância na aquisição de conhecimentos, valores e práticas essenciais para a continuidade da vida. Assim, a Pedagogia enxerga o processo de aprendizado como ponto de partida e de chegada de suas ações e intenções, sendo a ciência que se ocupa em estudar todo o universo dos processos educativos e de aprendizagem, desde sua origem, os aspectos que podem influenciar positiva ou negativamente em seu andamento, práticas e metodologias capazes de facilitar esse processo, a formação de profissionais capazes de mediar saberes educativamente, a gestão e organização dos espaços de ensino e dos conteúdos a ser trabalhados, e até a reflexão acerca do futuro da Educação para além dos ambientes tradicionalmente dedicados a esse fim, visando experiências de efeito formativo, educacional em modalidades alternativas mais acessíveis.

A formação de um pedagogo, especialista em Educação, é aspecto de grande relevância, devendo abranger noções (aprofundadas em maior ou menor grau de acordo com o campo de atuação de cada profissional da Pedagogia), de Sociologia; História da Educação; Filosofia; Tecnologia; Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem; Fundamentos do Ensino de Português, Matemática, Geografia, História

e Ciências Naturais; Psicologia da Educação; Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico; Didática; Currículo; Artes; Inclusão e Libras; entre tantas outras disciplinas teóricas, reforçadas pela prática pedagógica supervisionada nos Estágios.

Todos esses estudos compõem a graduação em Pedagogia, profundamente voltada para a compreensão de como construir e contribuir para a formação humana de forma abrangente, rica, diversificada e socialmente agregadora, atuando em processos relacionados ao ensino e aprendizagem, de maneira a conectar os conteúdos a ser trabalhados com questões sociais da realidade dos educandos, contextualizando e tornando o processo mais significativo e interessante, fatores essenciais para a construção do conhecimento.

Nesse sentido, observando que o campo de atuação dos pedagogos está em expansão seguindo o fluxo de constantes mudanças da sociedade e suas novas exigências pedagógicas, os Pedagogos podem atuar em salas de aula, na Alfabetização de crianças, jovens, adultos e idosos, desde os primeiros anos do Ensino Fundamental, na Pré-Escola, até na Gestão, Supervisão e Orientação Escolar, áreas nas quais buscará minimizar problemas da qualidade educacional. Podendo também operar na educação de estudantes com necessidades específicas (surdez, cegueira, autismo, etc.) ou com limitações de aprendizado (dislexia, discalculia, etc.), casos em que deverá adequar seus métodos de ensino e os materiais didáticos, para propiciar uma compreensão satisfatória e equilibrada dos conteúdos por todos os alunos; e vários outros espaços indo além do campo escolar.

Tais espaços podem ser desde hospitais, garantindo a continuidade dos estudos de pessoas em tratamento médico; em empresas, na gestão de pessoas e no treinamento de funcionários para desenvolvimento de conhecimentos e habilidades necessárias ao trabalho; em unidades carcerárias e demais centros de reabilitação de jovens e adultos em cumprimento de penas de reclusão; em ONGs, com projetos sociais multidisciplinares, desenvolvendo projetos e orientando outros educadores que precisem atuar em ambientes não formais de educação; na orientação pedagógica de museus e espaços artísticos, culturais e de projetos ambientais; e até em espaços jurídicos e de estudo e observação de aspectos psicológicos impactantes do processo educacional, e na edição de materiais didático-pedagógicos, livros infanto-juvenis e etc.

Esta possibilidade de atuação dos pedagogos além dos espaços tradicionais sempre existiu, porém de forma sutil, ignorada em seu valor educativo, tendo sido oficialmente abordada na literatura mundial apenas na década de 60, através dos conceitos de Educação Formal, Informal e Não Formal. Hoje definidos como sendo, respectivamente, aquela ocorrida nas escolas, universidades, institutos e outras instituições do sistema regular de ensino, possuindo currículos e regras de certificação bem definidos; a educação relacionada à transmissão de saberes cotidiana, ocorrida dentro de grupos sociais, familiares, profissionais, culturais, etc. sem objetivos educacionais explícitos; e aquela ocorrida fora do sistema formal, mas organizada, visando resultados de aprendizagem passíveis de avaliação, geralmente baseada na motivação dos próprios educandos que identificam a necessidade de estudar, mas que, por uma série de motivos, se veem impossibilitados de participar do ensino formal.

A temática da presente tese de conclusão de curso se justifica pela necessidade de conhecermos e falarmos mais a respeito da atuação dos Pedagogos em espaços educacionais que estão além dos limites escolares, mas que possuem tanta importância para a formação humana quanto. Ao longo desses anos de graduação pude observar que pouco se falou sobre os espaços não formais de educação, fato que, acredito, contribui para a demora no reconhecimento e valorização dessa prática, o que aumentou meu interesse, curiosidade e preocupação com o tema, pois, futuramente, pretendo atuar nessa modalidade de ensino também.

No decorrer de minha graduação em Pedagogia pude observar a riqueza dessa formação, e apenas refletir sobre a vastidão de possibilidades de aplicação das práticas pedagógicas em diferentes contextos sociais (digo “apenas refletir”, pois, infelizmente, para minha frustração, não tive oportunidades reais de estudar e/ou conhecer essas outras tantas possibilidades no desenrolar de minha grade curricular) partindo disso concluí ser de extrema importância que os estudantes de Pedagogia tenham ciência de quais são esses contextos e espaços, como isso pode ser trabalhado e quais os benefícios esperados e já observados dessa atuação. A partir deste contexto foi levantado o seguinte problema para ser investigado: O Pedagogo, na contemporaneidade, está sendo formado e preparado para atuar em espaços educacionais não escolares?

Foram feitas buscas em materiais físicos e virtuais, com base em artigos, livros, textos, dados bibliográficos, legislações, dentre outros. Sendo que, para análise e síntese do material coletado na pesquisa, observaram-se os seguintes procedimentos: leitura exploratória, leitura seletiva e leitura crítica, para fundamentar teoricamente esta pesquisa que pode ser classificada como bibliográfica, de cunho exploratório, com base em diversos estudos do tema, a partir de materiais de autores e estudiosos como Delors (1998), Gohn (2014), Libâneo (2001), Morellato (2020), Oliveira (2020), Severo (2015), Souza (2012), dentre outros.

A partir deste contexto a monografia inicia-se com o capítulo I, intitulado: **O Pedagogo e a Educação Formal, Informal e Não Formal: uma revisão da literatura e dos conceitos**, no qual é abordada a atuação pedagógica desde a formação dos pedagogos e as disciplinas que compõem sua base teórica atual, até a importância de uma formação múltipla que o capacite para atuar em espaços diversos, impactando, através da educação, na trajetória evolutiva das pessoas, e evidenciando que o aprendizado não se limita aos conhecimentos básicos, nem termina após a escola, ele continua por toda a vida, indo além dos muros escolares da infância e adolescência e adentrando a vida profissional e adulta, movida pela necessidade de toda e qualquer faixa etária de se manter em desenvolvimento, e os benefícios individuais e coletivos advindos dessa formação continuada.

Neste capítulo ainda são trabalhadas as diferenças entre as modalidades de Educação (formal, informal e não formal), com destaque à discussão sobre educação não escolar, modalidade na qual essa discussão se situa; suas origens no país a partir dos marcos legais que ampliaram as possibilidades de ação da Pedagogia; a existência de quatro pilares da Educação reconhecidos pela UNESCO (aprender a conhecer, fazer, viver juntos e ser); a diferenciação dos Pedagogos entre lato sensu, stricto sensu e ocasionais; as fragilidades inerentes a essa aplicação não formal da Pedagogia e aos seus mais recentes campos; e a observação de que não existem modelos de alunos ou professores, locais ou momentos de vida exclusivos para a aprendizagem, nem receitas exatas para se conseguir resultados satisfatórios nesse campo.

O capítulo é finalizado com a concepção de que o essencial para os profissionais desta área é cultivar uma pluralidade de saberes, se manter atento quanto às realidades, necessidades, culturas e particularidades de cada aluno com o qual venha a trabalhar. Esta atuação exige de seus profissionais preparo,

sensibilidade, organização e a capacidade de estruturar materiais para só então conseguir fazer mediações valorosas em ambientes tão diferentes como escolas, hospitais, tribunais, ONGs, etc. nas quais venham a atuar, matéria abordada no próximo capítulo.

Já o Capítulo II, com o título: **O Pedagogo e sua Atuação em Diferentes Espaços Educacionais Não Escolares**, foco acentua a importância da observação, por parte dos educadores não formais, do contexto dos seus educandos, ainda mais se for considerado o aumento da busca por novas formas de comunicação e aprendizado no atual período Pandêmico que o mundo atravessa e a crescente necessidade de se desenvolver e aperfeiçoar indivíduos capazes de contribuir positivamente para a sociedade.

Neste sentido, o segundo capítulo aprofunda a discussão sobre a evolução histórica e legal da Pedagogia no mundo (a exemplo do surgimento dos conceitos de Educação Formal, Não Formal e Informal na literatura mundial) e no Brasil (com a menção dos espaços educacionais não escolares nas Diretrizes Curriculares Nacionais), sobre a visão tradicional da atuação pedagógica, apresentando novas facetas oriundas das mudanças globais acerca das possibilidades de aplicação da Educação, da reflexão quanto às fragilidades do ensino formal, dos benefícios observados na Educação Não Escolar mediada por pedagogos cada vez mais conscientes e contextualizados.

Capítulo este finalizado com o aprofundamento da visão acerca de como se dá o trabalho dos pedagogos nos seguintes espaços: hospitais, empresas, unidades carcerárias, ONGs, museus, projetos ambientais, espaços artísticos, jurídicos e psicopedagógicos. Apontando em cada caso as práticas mais comuns, as motivações, objetivos e peculiaridades a serem observadas pelos profissionais atuantes nestes locais, bem como a conclusão de que a aprendizagem e a busca pela educação como formas de desenvolvimento não estarem presas a limites espaciais ou físicos, cabendo aos pedagogos encontrar meios de realizar a conexão entre os estudantes e os conhecimentos que eles, de fato, precisam assimilar em cada estágio de suas vidas.

CAPÍTULO I - O PEDAGOGO E A EDUCAÇÃO FORMAL, INFORMAL E NÃO FORMAL: uma revisão da literatura e dos conceitos

A atuação do pedagogo é pautada pelo trabalho com processos de ensino e por proporcionar aprendizagem em seus momentos iniciais, essencialmente na Alfabetização, contribuindo para a qualidade e o fortalecimento das bases para construção do conhecimento dos educandos, podendo impactar na sua capacidade de compreensão de conteúdos, descoberta de novos interesses e no desenvolvimento cognitivo ao longo de suas vidas. Daí a Pedagogia ser vista como “ciência da Educação”. Essa atividade é tradicionalmente realizada dentro de escolas, salas de aulas e espaços programados e organizados especificamente para esse fim, nos quais até a decoração conta para beneficiar o aprendizado, contribuindo com ludicidade e estímulos variados. Mas o que acontece quando as crianças ou educandos não têm acesso à escola?

Com o advento da Pandemia, iniciada em 2020, o mundo vem atravessando uma crise global relacionada às milhares de mortes pelo vírus Corona e ao isolamento social imposto na tentativa de aplacar os avanços da contaminação. Diante disso todas as profissões que costumeiramente envolvem o contato humano estão precisando repensar suas práticas e se reinventar em tempo recorde para se manter em atividade, especialmente a atuação dos profissionais da Educação, inclusive Pedagogos, do mundo todo. A área de ensino viu a quantidade de atribuições aumentar drasticamente com a necessidade de mais e novos estudos para se familiarizar e dominar novas tecnologias, desenvolver novos hábitos e práticas para manter o interesse, estimular a participação e buscar conseguir algum resultado no ensino remoto.

Diante disso discussões acerca de como a Educação pode funcionar à distância, se há possibilidade de aprendizado fora da escola, o que caracteriza uma prática como educativa, instrutiva ou pedagógica, quais lugares e cenários podem se beneficiar com o uso de ferramentas pedagógicas, como o profissional da Pedagogia deve encarar a necessidade de ensino em lugares não convencionais potencializando seu protagonismo educacional, e tantos outros questionamentos ganharam destaque na sociedade atual.

Porém, apesar do momento atual forçar que se pense na situação da Educação em tempos de afastamento, a reflexão acerca da possibilidade da realização de práticas educativas fora das escolas é antiga e, de acordo com o posicionamento do professor, pedagogo, doutor e mestre em Educação, José Leonardo Rolim de Lima Severo, a existência de dimensões formativas intrínsecas a diferentes relações e processos sociais (SEVERO, 2015, p. 561) é real e vai muito além dos muros escolares e da idade escolar, fazendo-se necessária, importante e urgente, a compreensão de qual o alcance da atuação de um Pedagogo e quais espaços carecem dessa prática contribuindo na formação humana em diferentes âmbitos.

A compreensão da amplitude da capacidade formativa de um Pedagogo, independente do espaço físico onde possa ou precise atuar, surpreende muitas pessoas pela vastidão de lugares onde pode ocorrer, isso se deve ao fato da sociedade ter uma visão tradicionalista e até limitada da Pedagogia, ignorando que necessidades pedagógicas podem surgir em muitos outros espaços como hospitais, museus, empresas, ONGs, instituições religiosas, centros de ciências, na área rural, residencial, legal, psico-educacional, etc. E é essa noção que se espera desenvolver e esclarecer no presente projeto monográfico.

Partindo de todas essas reflexões cabe ainda considerar as mudanças ocorridas na própria formação do Pedagogo, para que ele desenvolva em si a consciência de suas capacidades, a visão de como trabalhar em diferentes espaços, tenha ferramentas para essa atuação, embasamento teórico, fundamentação e recursos mentais que possibilitem atuar de forma completa e agregadora de acordo com o espaço disponível e as necessidades dos educandos.

Para tanto as formações dos pedagogos contemporâneos têm tido o conteúdo diversificado buscando trabalhar temas como, por exemplo, a Sociologia, para que os pedagogos tenham desenvolvida sua consciência e empatia para com as questões que permeiam a sociedade na qual estão inseridos e irão atuar. História da Educação, para que conheçam o histórico evolutivo da profissão escolhida, os erros e acertos cometidos ao longo de séculos de prática formativa no mundo todo, e todos os estudos que impactaram direta ou indiretamente na visão de Educação que se tem hoje.

Outros exemplos de disciplinas que fazem parte da formação dos Pedagogos são a Filosofia, para que possam aprofundar e desenvolver seu senso crítico e

capacidade de reflexão sobre questões profundas e atemporais que movem a trajetória humana na face da Terra; a Tecnologia e o estudo de seus vários usos e aplicações na Educação, sendo um conhecimento essencial na sociedade moderna, que (agora mais do que nunca) tem propiciado alguma forma de continuidade na aprendizagem apesar do afastamento social; o estudo da Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem e dos Fundamentos do Ensino da Língua Portuguesa, da Matemática, da Geografia, da História e de Ciências Naturais, para que os Pedagogos conheçam e tenham domínio de metodologias eficazes na abordagem desses conteúdos base da aprendizagem infantil.

Entre tantas disciplinas consideradas essenciais para a formação de um educador ainda há a Psicologia da Educação, que trabalha nos Pedagogos a consciência dos principais fatores psicológicos que podem influenciar (positiva ou negativamente) na qualidade do aprendizado e na capacidade de assimilação de conteúdos, impactando diretamente na formação dos indivíduos. A Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico e o estudo da Didática e do Currículo, que abordam os vários setores e normas relacionadas ao funcionamento de instituições educacionais, como o pedagógico, o legal, o administrativo, o financeiro, o de eficiência.

Vale destacar que a formação de um educador precisa considerar também aspectos como o uso da criatividade e da ludicidade (estudadas em disciplinas como Artes na Educação), e como atuar de maneira formativa e pedagógica com alunos com necessidades específicas, mantendo em mente que deficiências físicas, mau formações ou síndromes, em sua grande maioria, não representam incapacidade de aprender coisas novas ou de se desenvolver cognitivamente, conforme estudos apresentados na disciplina de Inclusão e Libras. Da mesma forma que alunos que não puderam estudar em ambientes ditos formais, na faixa etária dita ideal, são igualmente capazes de aprender, possuindo bagagens culturais e conhecimentos próprios de suas vivências, devendo ser valorizados, compreendidos e ensinados de forma que se sintam respeitados. Nesta linha de raciocínio Maria Glória Gohn, autora do livro Educação Não-Formal e Cultura Política, assinala:

Trabalhamos, portanto, com uma perspectiva que aborda a Educação como promotora de mecanismos de inclusão social, que promove o acesso aos direitos de cidadania. Trata-se de uma concepção ampliada, que alarga os domínios da Educação para além dos muros escolares e que resgata alguns

ideais já esquecidos pela humanidade, como, por exemplo, o de civilidade, (GOHN, 2001, p. 13).

Note que essas são apenas algumas dentre as muitas disciplinas consideradas essenciais à formação de pedagogos, e que todas, respeitando a especialidade de cada uma, estão voltadas para a compreensão de conceitos como infância, adolescência, política, história, sociedade, cultura, criatividade, pluralidade de saberes etc. Tendo suas teorias reforçadas por disciplinas de prática como o Estágio Supervisionado, momento de contato da teoria estudada (a partir de muitas leituras, reflexões e trocas de experiência) na universidade com a realidade educacional, de forma orientada (com acompanhamento dos professores da graduação), para que os pedagogos em formação possam compreender a amplitude da práxis pedagógica de suas futuras carreiras.

A partir dessa visão geral de como se forma um Pedagogo passemos à discussão sobre como tudo isso prepara e contribui para sua atuação em espaços educacionais formais, não formais ou informais, com noção e desenvoltura para atuar onde quer que tenha oportunidade ou veja necessidade, considerando os diversos obstáculos (políticos, econômicos e sociais) que afastam milhares de pessoas dos estudos todos os anos, agravando o problema do analfabetismo e da desigualdade no Brasil. Essa consciência das pessoas impossibilitadas de cursar o ensino formal da maneira tradicionalmente esperada gera na Pedagogia a necessidade de se pensar na atuação dos pedagogos em espaços educacionais não escolares.

Abordada a amplitude formativa dos Pedagogos, há que se diferenciarem as três categorias de Educação: a Educação Formal (EF), a Não Formal (ENF) e a Informal (EI), para que haja clareza quanto ao campo de atuação da Educação Não Escolar, objeto de investigação do presente projeto monográfico.

A perspectiva clássica de definição de EF, ENF e EI, que é a de Coombs, define, conforme Trilla (2008), a EF como os processos altamente institucionalizados, cronologicamente graduados e com uma hierarquia que compreende a seriação escolar dos primeiros anos de educação infantil até os últimos da universidade; a ENF como o conjunto de atividades que, embora formalizados e com intencionalidade educativa explícita, são realizadas fora do sistema educativo oficial; e a EI como [...] um processo que dura a vida inteira em que as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades, atitude e modos de discernimento por meio de experiências diárias e de sua relação com o meio, (COOMBS, TRILLA *apud* SEVERO, 2015, p. 568).

Dito isto e considerando as metodologias educativas específicas de cada categoria, observa-se que a Educação Não Escolar se enquadra na modalidade Não Formal, por suas práticas sistematizadas, com intencionalidade explícita e organização metodológica, mas que, conforme exposto por Severo (2015, p. 569), “não conferem certificação oficial compatível ao sistema de títulos acadêmicos”, definindo-a como uma experiência educacional singular, altamente contextualizada, relacionada com os campos cultural, laboral e social, passível de ocorrer em espaços variados e contribuir para a formação de novos conhecimentos, perspectivas e até práticas profissionais.

No mesmo contexto, expresso o conceito da pedagoga Jaqueline Almeida Souza (2012), acerca dos espaços não escolares serem “espaços onde existe o processo educativo diferentemente do modelo formal de educação, que acontece na escola. Espaço não escolar é o espaço educativo fora dos muros da escola”. Podendo ocorrer de maneira particular, mas, geralmente, atendendo necessidades coletivas como propostas de ONGs, movimentos sociais, associações, igrejas, cooperativas, sindicatos, partidos políticos, empresas, ambientes de privação de liberdade, hospitais e demais instituições que observem a necessidade por alguma forma de educação das pessoas inseridas naqueles contextos.

Assim, observa-se que a responsabilidade educativa atual não está mais limitada às escolas, nem na mera transmissão de conhecimentos engessados, mas sim aberta a vários espaços de interação e compartilhamento de saberes, vivências e experiências. Assim, seguindo a linha de raciocínio de Severo (2015), pode-se caracterizar a Educação Não Escolar, como uma prática educativa intencional, organizada, múltipla e fortemente relacionada ao contexto de vida, história, cultura e sociedade, podendo ser desenvolvida em locais ou contextos sociais e institucionais fora da escola, aonde haja necessidade da mediação e articulação de saberes que contribuam para a construção do conhecimento e do pensamento crítico e criativo de indivíduos em diferentes fases da vida ou até comunidades inteiras.

Dando continuidade à discussão acerca da existência de possibilidades e necessidades educativas em diversos espaços sociais (muito além dos escolares), destaca-se o pensamento do professor, psicólogo, mestre em Antropologia Social e doutor em Ciências Sociais, Carlos Rodrigues Brandão, que afirma:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela:

para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações, (BRANDÃO, 2007, p. 7).

O supramencionado autor estimula a reflexão acerca da importância dos educadores observarem o contexto de seus alunos a fim de conseguirem definir com maior clareza quais os conteúdos que precisam ser trabalhados, quais estarão mais relacionados com suas realidades, no sentido de que o estudante precisa ver utilidade nas informações trabalhadas pelos educadores para que a assimilação do conteúdo seja mais eficiente e duradoura.

Historicamente, no Brasil, a Pedagogia teve sua presença limitada aos espaços escolares, nos quais essa ciência era aplicada na gestão, coordenação pedagógica e docência, porém, na Constituição Federal de 1988, a modalidade de ensino não formal (fora das escolas) foi regulamentada, programada e passou a ser ofertada pelas secretarias estaduais de educação, seguindo a normativa magna, para atuar em hospitais e ambientes de privação de liberdade.

Outro marco legal da ampliação das atividades pedagógicas ocorreu em 2006, com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (PIMENTA, 2011), momento em que os espaços de prática pedagógica foram expandidos para além das atividades escolares supramencionadas, passando a atender demandas educativas presentes em diversas outras áreas da sociedade.

Tal compreensão pode e deve ser aplicada em qualquer área de ensino na qual o educador se proponha a atuar de forma atenta às necessidades dos alunos, trabalhando com eles conteúdos que contemplem as necessidades formativas que cada situação exige, como, por exemplo, dentro da escola: os conhecimentos básicos; em hospitais: o conteúdo necessário para que o estudante internado possa acompanhar seus estudos sem prejuízo de compreensão e tempo; em ONGs: a mediação pedagógica capacitada relacionando prática-teoria e considerando a formação humana dos estudantes; no sistema carcerário: conteúdos que enriqueçam o tempo de reclusão daqueles indivíduos de forma a contribuir para o intuito de reabilitação de suas sentenças; nas empresas: o conhecimento necessário para que os funcionários possam desempenhar suas funções com maior propriedade; entre tantos outros espaços.

Essa vastidão de possibilidades de atuação pedagógica foi abordada por Libâneo ao explicar a identificação de três tipos de pedagogos, os *lato sensu*, os *stricto sensu* e os ocasionais, os quais podem ser definidos da seguinte forma:

1) pedagogos *lato sensu*, já que todos os profissionais se ocupam de domínios e problemas da prática educativa em suas várias manifestações e modalidades, são, genuinamente, pedagogos. São incluídos, aqui, os professores de todos os níveis e modalidades de ensino; 2) pedagogos *stricto sensu*, como aqueles especialistas que, sempre com a contribuição das demais ciências da educação e sem restringir sua atividade profissional ao ensino, trabalham com atividades de pesquisa, documentação, formação profissional, educação especial, gestão de sistemas escolares e escolas, coordenação pedagógica, animação sociocultural, formação continuada em empresas, escolas e outras instituições; 3) pedagogos ocasionais, que dedicam parte de seu tempo em atividades conexas à assimilação e reconstrução de uma diversidade de saberes, (LIBÂNEO, 2001, p. 11).

A formação de um pedagogo trata, acima de tudo, do estudo das melhores formas de se compartilhar conhecimentos, saberes e “saber-fazer”, dentro ou fora dos muros escolares, como ensinar as pessoas para que evoluam e se desenvolvam, destacando que, conforme exposto anteriormente, o pedagogo é o profissional com capacidade formativa para educar considerando tanto a parte teórica, quanto a formação humana (em toda sua subjetividade), envolvidas no processo de aprendizagem. Segundo o político francês Jaques Delors, autor do relatório para a UNESCO sobre Educação para o século XXI,

A educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos. À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele, (DELORS, 1998, p. 89).

Tal documento foi desenvolvido e organizado por uma equipe de estudiosos da Educação na sociedade atual e traz em seu texto a definição dos Quatro Pilares da Educação, quais sejam: Aprender a Conhecer (compreender histórica, lógica, culturalmente o meio em que se está inserido), Aprender a Fazer (ter meios para agir sobre o meio, alterando e adaptando-o conforme necessidades particulares ou coletivas), Aprender a Viver Juntos (cooperar com o todo, conhecendo e respeitando as regras de convívio em comunidade, interagindo de maneira sustentável

socialmente), e Aprender a Ser (construção da individualidade a partir da combinação dos conhecimentos acessados com as nuances subjetivas de cada personalidade).

Nesse sentido, é essencial aprofundar tais conceitos, dada sua abrangente relação com os processos que originam, constroem, formam e desenvolvem o conhecimento, bem como sua influência na vida em sociedade desde antes da infância até depois da fase adulta dos indivíduos. Assim, o primeiro pilar, Aprender a Conhecer, trata do primeiro estágio educacional da vida humana, aquele que introduz às novas descobertas, aos conhecimentos originais, despertando a curiosidade e o interesse por novos saberes, bem como deixando clara a necessidade de conhecer, aprender para poder evoluir, se comunicar, interagir com meios, objetos, criaturas e pessoas, desenvolver suas capacidades profissionais, enfim, viver com dignidade no mundo moderno. Definido por Delors como um

tipo de aprendizagem que visa não tanto a aquisição de um repertório de saberes codificados, mas antes o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento pode ser considerado, simultaneamente, como um meio e como uma finalidade da vida humana. Meio, porque se pretende que cada um aprenda a compreender o mundo que o rodeia, pelo menos na medida em que isso lhe é necessário para viver dignamente, para desenvolver as suas capacidades profissionais, para comunicar. Finalidade, porque seu fundamento é o prazer de compreender, de conhecer, de descobrir (DELORS, 1998, p. 90).

Este pilar depende do exercício constante de aspectos como a atenção, a memória e o pensamento aplicados na observação do mundo à sua volta em busca de exemplos de como agir, reagir, interagir, interpretar e adaptar o observado para sua própria reinterpretação do viver social.

Partindo daí, o segundo pilar da educação proposto por Delors, Aprender a Fazer, está relacionado ao ensino dos estudantes de como colocar em prática seus conhecimentos assimilados, e como adapta-los, inclusive, à carreira na qual pretendem atuar futuramente. Neste tipo de aprendizagem é valorizada a ação partindo da exemplificação, com vistas a ensinar alguém a fazer algo (não só para fins de trabalho), destacando que não se trata de uma “simples transmissão de práticas mais ou menos rotineiras” (DELORS, 1998, p. 93), mas de uma forma de incrementar a competência pessoal e a qualificação profissional.

Pensamento este que vem se tornando cada vez mais abrangente, vez que a sociedade, ao definir o que é “saber fazer” não considera mais apenas o conjunto de

técnicas necessárias, mas toda uma rica subjetividade implícita esperada dos trabalhadores atuais, dos quais tem sido exigido mais comprometimento, melhor relacionamento interpessoal com aqueles com os quais trabalha, maior capacidade gestão e até de solução de conflitos. Como demonstrado por Delors,

Os empregadores substituem, cada vez mais, a exigência de uma qualificação ainda muito ligada, a seu ver, à ideia de competência material, pela exigência de uma competência que se apresenta como uma espécie de coquetel individual, combinando a qualificação, em sentido estrito, adquirida pela formação técnica e profissional, o comportamento social, a aptidão para o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa, o gosto pelo risco (DELORS, 1998, p. 94).

O texto da UNESCO, Educação um Tesouro a Descobrir, (DELORS, 1998), estabelece como uma das missões da Educação “transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana” de forma a possibilitar que as pessoas tenham consciência da interdependência existente entre tudo que constitui a vida na Terra e o delicado equilíbrio dessa relação, fazendo no processo pontes entre as muitas facetas da aprendizagem no decorrer da vida dos indivíduos.

Tal aspecto é reforçado pelo terceiro pilar da Educação, Aprender a viver juntos, que trata da importância de se ensinar considerando a vida em sociedade. Constantemente desafiado pelos conflitos decorrentes da intolerância e violência contra as diferenças (de etnias, posicionamentos políticos, religiões, gêneros, classes sociais, etc.), este pilar remete a reflexão aqui proposta ao seguinte questionamento feito por Delors (1998, p. 96), “Podemos conceber uma educação capaz de evitar os conflitos, ou de resolvê-los de maneira pacífica, desenvolvendo o conhecimento dos outros, das suas culturas, da sua espiritualidade?”.

A reflexão proposta coloca a Educação como instrumento na luta contra a propagação de preconceitos em uma sociedade que tem se mostrado mais competitiva e individualista, e busca estimular que os educadores promovam em suas práticas contextos de conhecimento de outras realidades, igualdade de direitos e cooperação, inspirando nos estudantes de qualquer idade pensamentos acerca da importância da tolerância, da reverência pela beleza da diversidade, da aceitação, do pensamento democrático, da colaboração coletiva em prol do bem maior, da empatia pelas diferentes condições de vida e provações pelas quais todos estão sujeitos a passar, ou seja: do respeito pelos direitos de todos de existir de maneiras

únicas, dentro de suas próprias crenças, costumes e culturas, valorizando o fato de que todos podem tirar lições valiosas do convívio com pessoas diferentes.

Conforme o sugerido por Delors, neste aspecto existem duas vias complementares para uma Educação agregadora, quais sejam: “Num primeiro nível, a descoberta progressiva do outro. Num segundo nível, e ao longo de toda a vida, a participação em projetos comuns, que parece ser um método eficaz para evitar ou resolver conflitos latentes”, (DELORS, 1998, p. 97).

Referente aos perigos do individualismo social exacerbado, vemos o quarto e último pilar da Educação (proposto pela comissão de estudos encabeçada por Delors em seu rico relatório para a UNESCO), denominado Aprender a Ser. Relacionado ao princípio fundamental da Educação, por eles instituído, qual seja: “a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa — espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade”, cujo foco principal é proporcionar ocasiões de descoberta e experimentação, mediando o desenvolvimento da consciência crítica, do pensamento autônomo e da capacidade criativa e inovadora dos educandos, como forma de contribuir para o progresso social, nas palavras de Delors,

Mais do que preparar as crianças para uma dada sociedade, o problema será, então, fornecer-lhes constantemente forças e referências intelectuais que lhes permitam compreender o mundo que as rodeia e comportar-se nele como atores responsáveis e justos, (DELORS, 1998, p. 100).

Neste sentido, é imperativo que os educadores contribuam para uma formação completa dos educandos, seja em qual momento de suas vidas, ou com qual propósito for, o objetivo geral deve estar sempre alinhado com propostas de ensino e formação de pessoas humanizadas, com mentes férteis, livres de amarras e julgamentos, diversificadas e capazes de pensar além de suas limitações cotidianas, abstrair e enxergar o mundo em sua vastidão e coletividade, partindo do conhecimento de si mesmo para o conhecimento, construção e reconstrução do mundo à sua volta.

Seguindo a linha de pensamento da análise de Delors acerca da educação, observa-se que, enquanto o ensino formal se concentra mais na transferência de conhecimentos genéricos e pré-estabelecidos, vinculados a certificados, títulos ou conclusão de ciclos, o ensino não formal dá asas para o desenvolvimento de instrumentos personalizados, que contribuam com um aprendizado prático,

especializado e mais próximo da realidade dos estudantes e de quais aprendizados eles consideram ser essencial para aquele momento de suas vidas. Isto posto, a Comissão responsável pela construção do documento conclui que:

[...] cada um dos “quatro pilares do conhecimento” deve ser objeto de atenção igual por parte do ensino estruturado, a fim de que a educação apareça como uma experiência global a levar a cabo ao longo de toda a vida, no plano cognitivo como no prático, para o indivíduo enquanto pessoa e membro da sociedade, (DELORS, 1998, p. 90).

Refletindo sobre a Educação, os propósitos da Pedagogia, sua história e as previsões feitas pelos estudiosos da área, nota-se a importância de reconhecer que não existem fórmulas mágicas, receitas de aprendizado, modelos de aluno (ou de professor), nem locais, situações e momentos exclusivos para aprender, como diria Brandão (2007) “Em mundos diversos a educação existe diferente”, e é a compreensão desse fato e o interesse em trabalhar com ele que impulsiona a atuação de pedagogos e pedagogas fora dos espaços formais, tradicionalmente destinados a educar.

O conceito de Educação Não Formal, previamente abordado, enxerga a sociedade toda como fonte de conhecimentos passíveis de serem trabalhados, compartilhados e, conseqüentemente, assimilados. Uma “sociedade educativa” (DELORS, 1998, p. 66) que enxergue o conhecimento como algo fluido, se movimentando entre os mais variados ambientes, classes sociais e tempos de vida, carecendo principalmente de mediadores preparados, organizados e com materiais estruturados para aquele fim, algo que, para Delors (1998), fará da comunicação e da troca de saberes “não apenas um dos polos principais do crescimento das atividades humanas, mas um fator de desenvolvimento pessoal, no contexto de novos modos de vida social”, com poder de impactar positivamente na visão de dignidade social, na luta por uma sociedade mais equilibrada e pela redução da desigualdade social.

Conceito reforçado pela visão de Gohn acerca dos benefícios da Educação no íntimo dos estudantes

A educação não-formal resgata o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de autoajuda denominam, simplificada, como a autoestima); ou seja dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais, etc.); os indivíduos

adquirem conhecimento de sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca, (GOHN, 2001, p. 31).

Tal impacto, segundo a professora, pedagoga, historiadora e doutora em Sociologia, Sandra Maria de Oliveira, é fruto do processo de ampliação dos alcances do processo educacional, podendo ser caracterizado como algo “voltado para os interesses e necessidades dos envolvidos, tendo ligação com as relações sociais que são construídas e constituídas nesses espaços que são voltados para inclusão e justiça social fortalecendo o exercício da cidadania” (OLIVEIRA, 2020, p. 14).

Essa modalidade de educação se mostra vinculada à trajetória de vida tanto de indivíduos, quanto de grupos, sendo mais acessível do que a Educação Formal àqueles que, por motivos diversos, tiveram seu percurso educacional interrompido. Tal acessibilidade foi ainda mais valorizada atualmente, em tempos globalização e de afastamento social, no qual técnicas de Ensino à Distância têm sido cada vez mais exploradas, desenvolvidas e requisitadas, o que já havia sido previsto por Delors (1998, p. 116), que via nos avanços tecnológicos um grande impulso à educação,

Os meios de comunicação social constituem um vetor eficaz de educação não-formal e de educação de adultos: por exemplo, as experiências de universidade aberta e de educação a distância, demonstram o interesse que há em definir uma estratégia educativa para o futuro, que integre as tecnologias da informação e da comunicação.

Neste contexto, cabe destacar que, apesar da Educação Não Formal ser uma alternativa para aqueles que não puderam continuar seus estudos da maneira tradicional, de forma alguma o ensino fora das escolas substitui a modalidade formal, devendo ser visto de forma complementar e agregadora, podendo, inclusive, ser associado às modalidades formal e informal.

Diante desses pontos, é indispensável a atuação de um pedagogo capacitado, e imprescindível que seu foco, atuando nessa modalidade, se concentre na realidade dos educandos, suas vivências e culturas, trabalhando conteúdos relacionados a seus cotidianos, dificuldades e projetos, a partir de problematizações da realidade que se busca mudar, pois segundo Oliveira (2020, p. 15),

como visa uma formação integral dos sujeitos, a educação não-formal tem um caráter humanista e essa deve ser sua principal característica na busca por caminhos alternativos de construção de uma sociedade mais justa, solidária e participativa.

Demonstradas tantas qualidades da Educação Não Formal, carece destacar também as suas fragilidades, quais sejam, a ausência de um currículo sistematizado e reconhecido pelo projeto de educação governamental em andamento; a falta de modelos e plataformas de ensino oficiais; a divergência de objetivos e metodologias (visto que cada núcleo de ensino não formal depende da visão e do modelo social defendidos por sua organização, enquanto busca atender e representar públicos com perfis culturais, econômicos, sociais, profissionais, etc. diferentes); e a escassez de espaços de formação de professores com foco específico ou, pelo menos, mais preparados para atuar nessa modalidade. Tais fragilidades precisam ser identificadas caso a caso, dentro de cada aplicação da modalidade não formal, para serem estudadas e ter limados e melhorados os pontos negativos observados, iniciativa importante que teria um impacto muito maior a partir do momento em que esta modalidade de ensino for vista com maior seriedade pelos programas de governo e reconhecida por suas diversas aplicações e vantagens para a sociedade.

Assim, a partir do discutido no presente capítulo, pode-se inferir que a Educação (antes entendida como o mero ato de transmissão de conhecimentos úteis de uma geração à subseqüente, de forma a capacitá-la para a vida social e para as necessidades profissionais que se apresentavam de maneira, geralmente, impostas aos indivíduos), se desenvolveu com o tempo e as mudanças sociais, passando a abranger e atender vários outros propósitos e campos de aplicação, se estendendo ao longo do tempo de vida das pessoas e alcançando as mais variadas faixas etárias, classes sociais, profissões e situações de vida.

Essa compreensão de que o conhecimento não se finda após o estudo dos saberes ditos “básicos” tem feito com que a sociedade, cada vez mais, veja a Educação Não Formal como uma possibilidade mais acessível, personalizada e adaptável de aperfeiçoamento profissional e crescimento pessoal contínuo, se configurando como uma excelente ferramenta de desenvolvimento social. É a Educação criando novas formas de socialização com base em referências comuns a grupos variados, e abrindo novos caminhos de evolução para além de situações de exclusão, conforme o pensamento de Delors:

A educação deve, pois, assumir a difícil tarefa que consiste em fazer da diversidade um fator positivo de compreensão mútua entre indivíduos e grupos humanos. A sua maior ambição passa a ser dar a todos os meios necessários a uma cidadania consciente e ativa, que só pode realizar-se,

plenamente, num contexto de sociedades democráticas (DELORS, 1998, p. 103).

E é com isso em mente que essa discussão ganha espaço na atualidade. A sociedade tem vislumbrado os benefícios particulares e coletivos de uma formação contínua, na qual novos saberes são constantemente agregados em diferentes áreas e momentos da vida humana, estimulando as pessoas a se manterem interessadas e sempre alerta para novos saberes e aprendizados, muito depois de terminarem os estudos da grade formal, ou antes de terem tido a oportunidade de começá-los, ou até em casos cuja necessidade de interromper a ordem tradicional dos estudos se fez imperativa.

Em uma sociedade na qual a Educação tem sido cada vez mais valorizada como forma de evolução pessoal, a modalidade não formal tem ganhado espaço pela praticidade de acesso a saberes personalizados, e passíveis de serem adaptados a situações e momentos específicos, que ficariam marginalizados caso a educação formal fosse a única opção ou não seriam atendidos com a profundidade e o foco necessários pela educação informal.

Assim, para que sua atuação dos pedagogos na modalidade não formal seja de fato proveitosa, é essencial que os profissionais envolvidos tenham eles mesmos preparo (desde suas graduações e no decorrer de suas carreiras) para atender demandas tão diversas, quanto específicas, da melhor maneira possível, e se façam cientes (através da observação, estudo e análise) das particularidades de cada situação (nos hospitais, em empresas, em unidades carcerárias, museus, ONGs, etc.) nas quais venham a atuar, matéria abordada no próximo capítulo.

CAPÍTULO II - O PEDAGOGO E SUA ATUAÇÃO EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCACIONAIS NÃO ESCOLARES

Na era da Informação, o advento de uma Pandemia Global sem precedentes impulsionou o uso da tecnologia na busca por novas formas de comunicação, originando novas relações sociais, educacionais, laborais, novas linguagens, novos propagadores de conhecimento, novas fontes de estudo e pesquisa, acesso a novas culturas, estilos e comportamentos. Nesse interim, a Educação tem sido diariamente reinventada e desafiada a pensar novas formas de trabalhar conteúdos necessários em espaços que antes não eram levados em consideração, para estudantes que antes tinham seus potenciais, necessidades e interesses de aprendizado ignorados ou evitados pela falta de recursos ou profissionais preparados para atendê-los.

Conforme abordado anteriormente, a formação dos pedagogos atuais visa profissionais capazes de articular conhecimentos teóricos com a prática educacional, atuando com finalidade educativa seja nas escolas, seja fora delas, seja propiciando a formação inicial, seja contribuindo para a ampliação de saberes já existentes, mas sempre com o intuito de desenvolver e aperfeiçoar indivíduos dispostos e capazes de colaborar positivamente na sociedade, realizando práticas que atendam às necessidades coletivas. Neste sentido, Delors (1998) usa expressões como “educação ao longo de toda a vida” e “continuum educativo, coextensivo à vida” para discorrer sobre a necessidade do ser humano de se manter em formação, desenvolvendo e agregando aos seus conhecimentos constantemente para poder participar de maneira integrada aos novos moldes sociais e trabalhistas, o autor ainda afirma,

A própria educação está em plena mutação: as possibilidades de aprender oferecidas pela sociedade exterior à escola multiplicam-se, em todos os domínios, enquanto a noção de qualificação, no sentido tradicional, é substituída em muitos setores modernos de atividade, pelas noções de competência evolutiva e capacidade de adaptação. Também a distinção tradicional entre educação inicial e educação permanente precisa de ser repensada. Uma educação permanente, realmente dirigida às necessidades das sociedades modernas não pode continuar a definir-se em relação a um período particular da vida — educação de adultos, por oposição à dos jovens, por exemplo — ou a uma finalidade demasiado circunscrita — a formação profissional, distinta da formação geral. Doravante, temos de aprender ao longo de toda a vida e uns saberes penetram e enriquecem os outros.

Às vésperas do século XXI, as missões que cabem à educação e as múltiplas formas que pode revestir fazem com que englobe todos os processos que levem as pessoas, desde a infância até ao fim da vida, a um

conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmas, combinando de maneira flexível as quatro aprendizagens fundamentais (DELORS, 1998, p. 103).

Tradicionalmente a visão da Educação coloca o pedagogo atuando com a gestão, a coordenação pedagógica e a docência nas escolas, e este como o espaço mais importante da formação humana, o que, infelizmente, limita o objeto da reflexão pedagógica a esse campo.

De fato, as escolas têm estado no centro da caminhada educacional do homem ao longo da história, porém, conforme afirmado por Severo (2015, p. 568) elas constituem “um arranjo institucional histórico que nem sempre existiu, e nada garante que perdure para sempre; que a escola é um momento do processo educativo na vida da sociedade, mas que esse processo é global e envolve outros espaços e tempos sociais” e, com o passar do tempo, mais e mais críticas e questionamentos são feitos quanto à exclusividade desse papel e sua finalidade formativa, por vezes sendo vistas como classistas, excludentes, autoritárias e manipuladas por interesses capitalistas, tendo, inclusive, se mostrado insuficientes para atender as diversas demandas por conhecimento e informações da sociedade moderna que atravessa, na era da globalização, constantes oscilações políticas, sociais e econômicas que exigem do campo educacional uma mentalidade mais multifacetada, abrangente e igualitária.

Assim surgem diversos questionamentos e reflexões acerca da possibilidade de obtenção de resultados satisfatórios, mais amplos, acessíveis e inclusivos de aprendizagem na exploração de novos espaços e contextos educacionais. É o pensar pedagógico colocando sua reflexão, ações e práticas a serviço da potencialização do desenvolvimento social através da Educação, conceito que, de acordo com Gohn (2001, p. 07), “[...] não se restringe mais aos processos de ensino aprendizagem no interior de unidades escolares formais, transpondo os muros da escola para os espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo, etc.”.

Nesse contexto a Educação Não Escolar ganha mais visibilidade por possibilitar novas abordagens educativas, a diversificação dos espaços onde se pode aprender e ensinar, a compilação e organização de novos conteúdos que podem ser trabalhados, a inclusão de novos grupos de pessoas interessadas em aprender e a consequente renovação e ampliação do foco da prática pedagógica, nesse contexto inserida também nos processos formativos ocorridos em lugares

como creches, hospitais (pedagogia hospitalar), empresas (pedagogia empresarial), na produção e revisão de materiais didáticos, em penitenciárias, ONGs e centros de atendimento a jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (pedagogia social), em sindicatos, no campo do Direito e da Psicologia (pedagogia jurídica e psicopedagogia), dentre outros.

A educação ocupa cada vez mais espaço na vida das pessoas à medida que aumenta o papel que desempenha na dinâmica das sociedades modernas. Este fenômeno tem várias causas. A divisão tradicional da existência em períodos distintos — o tempo da infância e da juventude consagrado à educação escolar, o tempo da atividade profissional adulta, o tempo da aposentadoria — já não corresponde às realidades da vida contemporânea e, ainda menos, às exigências do futuro. Hoje em dia, ninguém pode pensar adquirir, na juventude, uma bagagem inicial de conhecimentos que lhe baste para toda a vida, porque a evolução rápida do mundo exige uma atualização contínua dos saberes, mesmo que a educação inicial dos jovens tender a prolongar-se (DELORS, 1998, p. 103).

Com tantas diferentes possibilidades de atuação para pedagogos, vê-se que suas funções vão muito além da alfabetização, realizando o desenvolvimento de atividades e estratégias, planejamento e execução de projetos, coordenação, gestão de ensino, assistência e organização educacional, e até contribuindo para a formação profissional, qualificando indivíduos com projetos no campo dos recursos humanos, mas, acima de tudo, articulando um diálogo constante entre as teorias vistas em seus estudos formativos e a prática na qual está inserido, independente de qual espaço isso aconteça, objetivando sempre a transformação dos indivíduos.

No entanto, apesar dos apontamentos feitos sobre as demandas atuais pela diversificação da educação, a modalidade não escolar é uma demanda histórica, que segundo Souza (2012) tem suas sementes lançadas na Grécia antiga, por filósofos como Platão e Aristóteles, que já consideravam “a importância da educação para o desenvolvimento da sociedade”, destacando a comunidade como campo de “processos educativos e constitutivos das relações humanas” que compõem o progresso e o desenvolvimento social.

Outra referência histórica da importância da educação não escolar, apresentado por Souza (2012), é a decisão da Alemanha, devastada pela Primeira Guerra Mundial em 1918, de estabelecer uma política de atendimento às necessidades sociais baseada em leis de apoio e assistência social à população e às instituições sócio pedagógicas, como forma de tentar amenizar os problemas

trazidos pela guerra, ato interpretado pela autora como uma ampliação do conceito de “pedagogia e de educação fora da família e do ambiente escolar”.

Seguindo essa linha de pensamento, 50 anos depois a literatura mundial oficializou, de acordo com Severo (2015, p. 567), os conceitos de Educação Formal, Não Formal e Informal “apresentados à literatura pedagógica pelo livro intitulado *The World Educational Crisis*, de P. H. Coombs, em 1968”, tendo sido editado em português quase 10 anos depois, e relançado quase 20 anos depois com o título *A crise mundial da educação*, colocando o tema em destaque para maiores discussões e reflexões também no Brasil.

Nacionalmente, os profissionais de Pedagogia tiveram um começo difícil, visto que, segundo Moreira e Freitas (2018) o curso, instituído em 1939, “tinha grandes complicações, o bacharel não contava com auxílios no seu campo profissional e os licenciados tinham problemas por não ter campo de atuação, ficando difícil para o pedagogo definir o lugar em que ele poderia desenvolver suas funções”, dificuldades essas que, segundo as autoras, só foram amenizadas na década de 60, quando o curso teve seu currículo alterado de forma a contribuir na formação de professores voltados para disciplinas pedagógicas.

O próximo grande marco brasileiro para a evolução da Pedagogia rumo à discussão que aqui se apresenta veio na forma do artigo 5º da Constituição Federal, que estabelece o direito à educação como uma responsabilidade conjunta entre Estado e sociedade, não sendo limitada apenas a instituições educacionais, mas passível de ser desenvolvida onde que haja interação social.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, (BRASIL, 1988).

Essa abordagem à Educação, dada pela Constituição Federal, serviu de base para a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, que reiterava o dever do Estado de garantir educação básica para todos, se organizando e criando possibilidades alternativas de acesso ao ensino “sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar” (BRASIL, 1996, art. 23). Outro documento legal baseado nas orientações da carta magna brasileira são as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, publicadas a partir do ano de 2006, que vieram expandir os espaços, atribuições, funções, perfil e

mercado de prática profissional pedagógica para além dos espaços escolares, ressaltando o impacto positivo da atuação ética e compromissada com as diferentes fases do desenvolvimento humano, de acordo com Morellato (2020).

Acerca das DCN's, cabe ressaltar os incisos IV, XIII e XIV, de seu artigo 5º, pela menção à contribuição dos espaços não escolares na promoção da aprendizagem e a abordagem das diferentes possibilidades de atuação do pedagogo nesse contexto:

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: IV - trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares; XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambientais ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas [...], (BRASIL, 2006).

Consonante com a visão da legislação nacional acerca da formação e atuação dos pedagogos, o intelectual, educador e escritor brasileiro, José Carlos Libâneo afirma:

O curso de Pedagogia se destina a formar o pedagogo-especialista, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos, para atender demandas socioeducativas (de tipo formal, não-formal e informal) decorrentes de novas realidades, tais como novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação do lazer, mudanças nos ritmos de vida, sofisticação dos meios de comunicação. Além disso, informar as mudanças profissionais, desenvolvimento sustentado, preservação ambiental, nos serviços de lazer e animação cultural, nos movimentos sociais, nos serviços para a terceira idade, nas empresas, nas várias instâncias de educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia, nos programas sociais, na televisão e na produção de vídeos e filmes, nas editoras, na educação especial, na requalificação profissional etc., (LIBÂNEO, 2001, p. 12).

Por fim, partindo desse breve histórico acerca da Educação, da Pedagogia e da Educação em Espaços Não Escolares pode-se concluir que a atuação pedagógica está cada vez mais consciente da necessidade de uma mediação fundamentada e comprometida, capaz de agir em espaços alternativos com a mesma desenvoltura esperada nos espaços formais, qual seja, disposta e interessada na comunicação de saberes contextualizados, com vistas à (trans)

formação emancipadora de indivíduos críticos, autônomos e socialmente agregadores.

Continuando a presente discussão, é imperativo discorrer sobre quais os espaços não escolares que têm demonstrado maior necessidade da atuação de pedagogos, afim de que sejam melhor visualizadas suas particularidades e o que faz desse profissional tão procurado em cada uma dessas situações. Para tanto, ao pesquisar a temática, observa-se a recorrência de menções da atuação não formal de pedagogos em diversos espaços, mas, em especial em Hospitais, Empresas e Unidades Carcerárias, motivo pelo qual tais espaços serão apresentados com maior enfoque neste capítulo, concluindo com mais algumas menções extra ao trabalho dos pedagogos em espaços como ONGs, museus, espaços ambientais, culturais, jurídicos e psicopedagógicos. Tais atuações são explicadas no seguinte comentário:

A interlocução entre o trabalho pedagógico e a dinâmica da responsabilidade social se articula no trabalho de pedagogos em espaços socioeducativos e na concepção teórica de Pedagogia Social e Educação Popular, que são propostas teóricas e práticas que vislumbram profundas mudanças sociais a partir da conscientização dos sujeitos educandos (OLIVEIRA, 2020, p. 06).

Fato é que, conforme diversos estudos acerca do tema, o processo educativo nunca foi exclusividade do interior das escolas, e agora (e cada vez mais) vem sendo reconhecidamente trabalhado em mais e mais espaços alheios aos escolares, sejam eles quais forem, desde que observada a necessidade de se proporcionar oportunidades de estudo para as pessoas ali inseridas. Geralmente alunos com perfis diversos dos estudantes tradicionais, que precisam, ou querem, iniciar, ou continuar trilhando um percurso acadêmico alternativo diferente do tradicional (iniciado com a alfabetização na infância, e finalizado com a graduação no ensino superior, no início da fase adulta), de maneira individual ou coletiva, mas igualmente engrandecedor.

Aqui se faz necessário considerar, para melhor compreensão do tema abordado, como se dão tais práticas pedagógicas, quais as suas motivações e objetivos, qual é o público a ser atendido e quais as peculiaridades e expectativas de aprendizagem dos educandos presentes em cada segmento. Somente a partir desta observação, reflexão, prévia é que o Pedagogo conseguirá visualizar as reais necessidades de sua turma, ou aluno, e definir qual plano de aula mais adequado a cada um destes contextos, e qual a melhor prática educativa a ser trabalhada ali,

visto que nenhum padrão se aplica a turmas com contextos tão diversificados, e cada caso é ímpar em suas prioridades.

Isto posto, inicia-se a exemplificação a partir de um grande expoente da educação não formal, a Pedagogia Hospitalar, ocorrida em lugares onde se espera visitar com a menor frequência possível e de maneira célere, como hospitais, centros de tratamento, clínicas, ou até mesmo durante períodos de tratamento a domicílio, momento imprevistos, mas que podem ocorrer com qualquer pessoa, nos quais, não raro, adultos e crianças se veem obrigados a passar longas temporadas afastados de sua rotinas habituais para tratamento das mais variadas doenças ou condições físicas.

Nestes contextos se mostra extremamente benéfico para a saúde do paciente-educando buscar manter algum contato com seus hábitos durante o tratamento, de forma a ajudá-lo a manter a esperança de breve retorno aos seus planos de vida, manter sua mente ativa, ocupada com pensamentos estimulantes, e alimentando seu ânimo para continuar o tratamento sem perdas no processo educativo ou no desenvolvimento cognitivo, nem a sensação de estar parado no tempo. Benefícios confirmados na seguinte fala:

O pedagogo também é responsável por desenvolver atividades lúdicas que venham a minimizar a ansiedade, a angústia e o temor, sentimentos estes, despertados nas crianças e adolescentes enfermos, principalmente nas crianças menores em face da nova situação imposta pela doença, que alterou drasticamente sua rotina, privando-os do convívio familiar, social e escolar. Tais ações lúdico-pedagógicas, conforme demonstram alguns estudos, refletem até na recuperação clínica do enfermo (FARACO, SILVA *apud* OLIVEIRA, 2020, p. 53).

Nestes casos, é recomendado que a oferta de escolarização, para crianças e adolescentes poderem seguir acompanhando o conteúdo regular de ensino, mantenha relação com o ensino formal na forma de atividades e avaliações (acompanhadas por um profissional da saúde que assegure a esterilidade dos objetos e a segurança do paciente) correspondentes ao período letivo que o aluno está, ou estaria, matriculado, oferecendo não só uma alternativa aos estudos suspensos, mas também uma oportunidade de socialização e interação importantes para o desenvolvimento em foco naquele momento. O que, segundo Oliveira (2020, p. 51) encontra respaldo legal na forma da Resolução nº 2/2001 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, no seu art. 13, afirmando que os sistemas de ensino devem agir juntamente com os sistemas de

saúde de forma a organizar atendimento educacional especializado para alunos hospitalizados ou passando por tratamento médico que os impeça de ir à escola.

Considerando as limitações, fragilidades, imposições, preocupações e impedimentos aos quais os alunos das classes hospitalares estão constantemente expostos, é de se esperar que os pedagogos interessados em atuar nesse segmento estejam também atentos ao aspecto psicológico da situação, cientes de que, durante esta prática, terão que trabalhar conteúdos educacionais compostos por estratégias de ensino que sejam significantes e façam sentido às realidades dos estudantes, tragam leveza ao dia-a-dia dos estudantes, mudem o foco da hospitalização e até contribuam para melhorias de autoestima.

Ademais, pedagogos hospitalares também precisam trabalhar sua própria sensibilidade para captar sinais de tensão através do comportamento do estudante e do diálogo entre ambos, se tornando referências de alívio, segurança e tranquilidade ao estabelecer um contato afetivo que vai além do educativo, bem como lidar com imprevistos, e dificuldades físicas, emocionais e cognitivas relacionadas ao tratamento de saúde, respeitando sempre as condições do aluno-paciente.

Para compor essa delicada atuação ressalta-se a importância de o educador estudar e se preparar previamente (buscando saber mais acerca do histórico da criança e de sua família, bem como do motivo da hospitalização), visto se tratar de uma atribuição de condições peculiares e muitas exigências, que, segundo Oliveira (2020) carece menos de rigor e mais de ludicidade e ressignificação das práticas pedagógicas, para conseguir mais receptividade por parte dos estudantes que precisam estudar durante seu período de tratamento médico. Ainda segundo a autora,

Trata-se de um espaço pedagógico que funciona num ambiente que requer cuidado, conforto e bem-estar. A maior preocupação do pedagogo que atua em classes hospitalares não é a escolarização, mas a articulação do espaço hospitalar com um espaço pedagógico de acolhimento, integrando-se a uma equipe multiprofissional que visa melhorar o quadro emocional e clínico da criança ou adolescente (OLIVEIRA, 2020, p. 52).

Outro importante espaço de referência da atuação pedagógica fora das escolas são as Empresas, espaços destinados à realização de atividades econômicas interessantes ao funcionamento da sociedade, nos quais os profissionais envolvidos são contratados por suas habilidades, capacidades, conhecimentos, formações ou experiências úteis na oferta daqueles bens ou

serviços. Tais contratos buscam aproveitar conhecimentos previamente adquiridos e experiências previamente vivenciadas pelos colaboradores contratados, porém atuar na presente sociedade em constante evolução exige que esses profissionais também renovem e agreguem novos saberes aos prévios de maneira a se manter sempre receptivos a novos aprendizados e, conseqüentemente, ampliar seu reforço às atividades da empresa, contribuindo para o aumento da produtividade e dos lucros daquela atividade comercial, mesmo que isso não seja foco direto da atuação do pedagogo, que, segundo Morellato (2020) será visto mais como um parceiro da organização, contribuindo com o aperfeiçoamento e o desenvolvimento profissional dos funcionários.

A Pedagogia Empresarial está ligada ao setor de recursos humanos das empresas, e busca promover aprendizagem e qualificação, através do desenvolvimento de competências e habilidades nos ambientes de trabalho, a partir da observação das atividades ali desenvolvidas, da aplicação de estratégias que promovam a apropriação das informações desejadas e da gestão dos conhecimentos e capacidades dos funcionários. Tudo para que eles possam realizar suas funções com maior clareza sobre o que precisa ser feito e às formas de se fazer, considerando o perfil da equipe, os materiais e instrumentos disponíveis, e o tempo de produção e entrega dos produtos comercializados, mostrando a inegável e essencial relação existente entre educação e trabalho, destacada no trecho a seguir,

O pedagogo desempenha um papel fundamental nas empresas, que é o de trabalhar com a educação e priorizar a formação dos indivíduos que convivem ali. [...] O pedagogo, portanto, com toda a sua formação e qualificação didática, pode atuar dentro da empresa com elaboração de projetos e treinamentos que visem ao desenvolvimento humano. Com isso, nota-se a intensa relação das capacidades utilizadas em espaços escolares, presente no espaço não escolar. Esse profissional tem a capacidade de encontrar as reais necessidades a serem trabalhadas no ambiente em que está inserido e qual deverá ser a prioridade a ser abordada (MORELLATO, 2020, p. 72).

Interessa às empresas que seus funcionários se mostrem dispostos a se manter em estado contínuo de autodesenvolvimento, aprendizagem e qualificação, sendo capazes de aplicar tais conhecimentos e habilidades na compreensão de aspectos como os manuais do maquinário de sua área, no uso das tecnologias disponíveis para uma operacionalização mais eficaz de suas funções, no conhecimento das minúcias de suas funções, se tornando capazes de realizar o

serviço, gerir, colaborar ou trabalhar melhor em equipe, e solucionar problemas e imprevistos com foco no benefício da empresa como um todo.

Neste ponto, uma atuação pedagógica acertada auxilia enormemente por proporcionar treinamentos, oportunidades de interação entre os setores da organização, bem como novas explicações, ideias e ângulos que ampliem a compreensão das especificidades de cada área. Conceito corroborado pelo pensamento da professora Sandra Maria Oliveira, que afirma:

O pedagogo empresarial tornou-se o mediador desses processos. Cabe a ele a função de estudar, organizar e conduzir as práticas educativas que levam ao conhecimento para o desenvolvimento das habilidades necessárias para os funcionários dentro do perfil e da cultura organizacional das empresas. Dentre os objetivos de formação estão o desenvolvimento de criatividade e capacidades para melhor desenvolver suas funções (OLIVEIRA, 2020, p. 48).

Adentrando o próximo espaço de impacto da atuação pedagógica não formal será abordado um grande aspecto dessa modalidade, a relação com o lado social da educação, essencial no trabalho dos pedagogos em unidades prisionais, nas quais podem fazer, através de uma consciente mediação, impactantes contribuições para a ressocialização dos jovens e adultos ali inseridos em situação de prisão, cumprindo penas alternativas, ou egressos (que já estiveram presos antes e retornaram por descumprir a lei novamente).

Nesses lugares, são ofertadas e, segundo Oliveira (2020), custodiadas pelo sistema prisional, acesso a Educação Básica, Profissionalizante, Tecnológica e até à Educação Superior, cujas metodologias trabalhadas têm profunda ligação com os estudos de graduação ocorridos na disciplina de Educação de Jovens e Adultos, remetendo até ao conceito de Andragogia (termo derivado das palavras gregas andros-adulto, e gogos-educar), que segundo a educadora Amelia Hamze (2007), significa a arte e a ciência de auxiliar adultos a aprender temas variados a partir da proposição de formas mais especializadas de ensino, considerando-se metodologias específicas para essa faixa etária e o fato destes não serem aprendizes sem experiência, mas sim alunos que têm clara consciência do quanto já vivenciaram e das dificuldades da falta de conhecimento. Segundo Hamze (2007) é preciso que se compreenda que “na educação dos adultos o currículo deve ser estabelecido em função da necessidade dos estudantes, pois são indivíduos independentes e

autodirecionados”, cuja aprendizagem é passível de ser auto-gerida com base na aplicabilidade daqueles conhecimentos em suas realidades.

Tais metodologias consideram o aprendiz como sujeito de sua própria aprendizagem, processo no qual suas experiências podem contribuir considerando conhecimentos prévios de cada estudante no planejamento e desenrolar das aulas e apresentando (na medida do possível) vivências inéditas aos estudantes, aplicada nessa modalidade tal prática tem por objetivos finais preencher o tempo de reclusão com atividades benéficas que melhorem a qualidade da vida nesses espaços; oferecer conhecimentos agregadores, como a orientação de um novo ofício para aquelas pessoas; conscientiza-los acerca do benefício da Educação em suas vidas; promover a compreensão quanto às consequências de seus atos e comportamentos, bem como de suas capacidades e valor como pessoa de direitos e deveres; e, por fim, contribuir positivamente para a reintegração destes estudantes à sociedade quando do término de suas sentenças (benefícios particulares e coletivos).

Quando se fala em Unidades Carcerárias, Penitenciárias, Centros de Atendimento a jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas e demais ambientes de privação de liberdade, a imagem que se tem é a de que as pessoas ali precisam pagar pelos crimes cometidos, sendo comum que se esqueça do verdadeiro propósito daquela internação: a reabilitação de cidadãos que, por uma série de motivos, infringiram as leis e agora estão reclusos para refletir sobre seus atos e as consequências destes, na esperança de que saiam dali, em teoria, melhores do que entraram.

Porém, sabe-se que a realidade do sistema carcerário é bem mais complexa do que isso, e que o índice de ressocialização dos detentos após cumprirem suas penas é comprometido pelas muitas experiências negativas às quais eles estão sujeitos nesses ambientes, com isso em mente, a atuação pedagógica busca garantir que o direito constitucional, humano e subjetivo, à educação seja mantido mesmo nessas circunstâncias, bem como mediar conteúdos e experiências que contribuam positivamente para o tempo de reclusão daqueles indivíduos, inspirando mudanças de comportamento, reflexão acerca de suas escolhas de vida e suas capacidades pessoais, e até mesmo um novo olhar sobre seus planos para o futuro.

Temos então que o trabalho do professor na educação carcerária é de suma importância para a garantia de que haja a reconstrução da identidade e o resgate da cidadania dos detentos a partir de planos de ensino pautados em valores éticos, solidários, de direitos humanos e de cidadania, tendo

como foco o desenvolvimento não apenas na aprendizagem, mas também do sentir-se gente, sentir-se humano e capaz de realizar as mudanças necessárias para que haja outra perspectiva de vida (OLIVEIRA, 2020, p. 61).

Sobre o direito de todos à educação, Oliveira (2020) destaca a existência de um departamento no Ministério da Justiça do Governo Federal (cujo site elenca uma série de normativas judiciais que sustentam e orientam o processo educacional para a população carcerária ou em situação de restrição de liberdade), o Departamento Penitenciário Nacional composto, entre outras áreas, pela Coordenação de Educação, Esporte e Cultura da Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania, ligada ao Ministério da Educação e aos Conselhos Nacionais de Educação e o de Política Criminal e Penitenciária, coordenação essa cujo foco é o promover a Educação dentro do sistema prisional brasileiro, com ações de alfabetização, qualificação profissional e tecnológica, bem como ações culturais e desportivas que proporcionem condições de reintegração social aos condenados.

Ações estas que ficam a cargo dos Estados, através de suas secretarias estaduais e municipais de educação em parceria com as secretarias de segurança pública e a administração das penitenciárias, presídios e casas de internação de menores infratores, dar andamento na realização dessas iniciativas de ensino por meio da oferta de assistência educacional, segundo Oliveira (2020) com foco na prevenção de novos crimes e na recondução dessas pessoas à convivência social. Com destaque aos seguintes textos legais:

Lei nº 12.433/2011, que trata da remição da pena pelo estudo, assegurando a redução de “1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias”.

[...]

Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011, traz os seguintes objetivos para a educação carcerária:

[...]

III- contribuir para a universalização da alfabetização e para a ampliação da oferta da educação no sistema prisional;

IV - fortalecer a integração da educação profissional e tecnológica com a educação de jovens e adultos no sistema prisional;

V - promover a formação e capacitação dos profissionais envolvidos na implementação do ensino nos estabelecimentos penais;

VI - viabilizar as condições para a continuidade dos estudos dos egressos do sistema prisional (OLIVEIRA, 2020, p. 57).

Nesses casos, há que se manter em mente que muitos dos internos dessas instituições não tiveram acesso ao ensino tradicional, ou tiveram sua educação interrompida, apresentando muitas dificuldades de aprendizado, decorrentes de lacunas no processo de alfabetização, tendo, principalmente, dificuldades ou impossibilidade de ler e escrever, por terem tido que fazer duras escolhas desde suas infâncias, nas quais a prioridade era trabalhar, se alimentar, ou ajudar a família de qualquer maneira possível, situações nas quais a Educação, infelizmente, não era uma prioridade.

A Educação não formal dentro dessas instituições vem oferecer uma alternativa para estas pessoas, para que possam aprender algo positivo, que levarão consigo depois que terminarem de cumprir suas sentenças, algo que pode beneficiá-las ao longo de suas vidas e até representar novas oportunidades de trabalho e crescimento, conforme ressaltado por Oliveira no trecho a seguir,

No espaço carcerário a educação tem como função primordial o trabalho de ressocialização do sujeito. Assim, todo o trabalho pedagógico deve ser voltado para a realidade prisional, mas de forma a garantir que além de aprendizagem haja a formação social do indivíduo voltada principalmente para o resgate da cidadania e na possibilidade de, a partir da Educação, ter outras oportunidades que não sejam no crime (OLIVEIRA, 2020, p. 56).

Tal modalidade de atuação pedagógica exige dos educadores a atenção constante às especificidades e exigências desses espaços de trabalho. De acordo com Oliveira (2020) o funcionamento de uma “escola na prisão” exige estudo prévio acerca da situação carcerária no país, do que diz a legislação e de como se dá a educação nesses espaços, carecendo principalmente de “domínio teórico-metodológico sobre a EJA e as possibilidades formativas na especificidade do aluno dentro da prisão”.

Atenção também à necessidade do reconhecimento de que se trata de um espaço diferenciado no qual a segurança de todos depende do respeito pelas regras, limites e possibilidades da “lógica carcerária”; da compreensão quanto à imprevisibilidade do cotidiano prisional; da noção do tempo disponível e das condições do ambiente, na maioria das vezes, precário e limitado, de cada aula; da consciência de detalhes como a abertura e fechamento de celas, a necessidade de locomoção supervisionada (de suas celas para as aulas) dos alunos, que dependem da interação do professor com outros personagens desse espaço, tais como

carcereiros; e ainda da situação, interesse e da “alta rotatividade” do educandos com os quais ele irá trabalhar.

Portanto, tais condições de trabalho fazem deste um projeto que carece de uma ressignificação de visões, conceitos e preconceitos, motivações e relações humanas e educativas para que os conteúdos ensinados tenham, de fato, alcance e significado perante aqueles sujeitos em busca de redenção, mas envolvidos em relações de poder, dominação e violência, pensamentos de crime, opressão, julgamento e punição tão contrários a todas as propostas e objetivos da Educação.

Necessário que haja a compreensão de que as práticas educativas dentro das prisões fazem parte de um processo de reeducação para a reinserção desse indivíduo nos meios de convivência social. Nesse ponto, as pessoas precisam compreender que este não é projeto de governo que beneficia e retira da pessoa a obrigatoriedade de responder pelos seus atos. Pelo contrário, esse processo, além de estar vinculado a questões da garantia da dignidade humana, é um ganho para toda a sociedade, já que visa a transformação do detendo tornando-o apto para a vida social (OLIVEIRA, 2020, p. 59).

Essa forma de aplicação da Pedagogia visa contribuir coletivamente para o desenvolvimento de grupos de pessoas que não estão mais no foco da educação formal. Adentrando no campo da Pedagogia Social para além do mero assistencialismo no sentido de buscar atender necessidades coletivas, priorizando a formação humana dos estudantes, considerando seus históricos, condições de vida, status familiar, ramos de trabalho, trajetórias escolares, etc. De acordo com Oliveira (2020) se trata de um modelo de educação que tem uma relevância educativa importante na transformação da realidade social dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, casos em que a se busca construir conhecimentos transformadores daquelas realidades, que, relaciona-se à concepção freireana de promover a emancipação dos indivíduos através da conscientização crítica acerca de fatos e acontecimentos de seus contextos.

Principalmente, oferecida por ONGs ligadas movimentos sociais, mas também por associações, instituições religiosas, cooperativas, sindicatos, e até partidos políticos a Pedagogia Social tem como foco suprir ou, pelo menos, amenizar as necessidades educativas e a exclusão vivenciada no cotidiano de parcelas da população em condições de vulnerabilidade social e extrema pobreza, como os grupos em situação de rua, a população indígena, os quilombolas, residentes de

asilos e abrigos, grupos de moradores das áreas rurais, e também parcelas de portadores de deficiência que não se sentem acolhidos pelo ensino tradicional.

O trabalho do pedagogo social ocorrerá em asilos, abrigos, dentre outros espaços, fazendo de suas práticas, métodos de caráter educativos. Através de sua atuação, emerge uma grande influência para modificar positivamente o meio em que está inserido, buscando o desenvolvimento dos indivíduos envolvidos, de acordo com suas dificuldades e necessidades e para isso se faz necessário que esse profissional atue como um gestor e trabalhe também na execução de projetos. Com isso, irá atuar detectando os problemas enfrentados pela sociedade ou grupo social em questão, buscando auxiliar na busca de melhorias (MORELLATO, 2020, p. 73).

Buscando sempre a melhoria social através do ensino de conhecimentos escolhidos por sua utilidade para o grupo ali atendido, voltados para a inclusão socioeconômica desses grupos. Ainda sobre essa modalidade, Oliveira (2020) expõe em sua obra que,

As diferentes práticas de Educação Social podem ser encontradas em vários espaços: diferentes ONGs (com diversos enfoques, várias origens de financiamentos, diferentes interesses); Instituições Abrigos (espaços em que as pessoas frequentam por determinados períodos e ou definitivos); Presídios (existem muitos estudos sobre a educação em presídios, que é muito peculiar); Hospitais (existem estudos avançados na área da Pedagogia Hospitalar); Educação de Jovens e Adultos (vários projetos e programas existentes de diferentes maneiras para efetivar essa meta); Movimentos Sociais (muitas práticas são educativas em Movimentos, a própria participação já configura um tipo de formação); Igrejas (práticas educativas com intenções específicas); Projetos Sociais; Programas Sociais (existe uma gama de ações, denominadas de sociais, que atuam em perspectiva educativa, em meios como a rua, além de outros); Escolas (na própria escola são reconhecidos espaços de práticas de Educação Social, como, por exemplo, projetos de contra – turno, etc.). Esses são apenas alguns dos espaços, contudo, essa lista pode ser mais extensa. (MACHADO *apud* OLIVEIRA, 2020, p. 31).

Estendendo o olhar para além da atuação dos pedagogos em escolas e demais instituições de ensino formal, vê-se uma ampla abrangência com ações de enorme contribuição, recheadas de benefícios e vantagens para aqueles que têm a oportunidade de serem educados em momentos e estágios tão variados de suas vidas, considerando que os alunos dessa modalidade podem ser desde bebês até pessoas com mais de sessenta anos, sendo elas estudantes, hospitalizados, empresários, funcionários de empresas, encarcerados, aposentados, etc. cabe ainda mencionar outros espaços dessa performance que pode assumir tantas facetas.

Além da faceta educativa-pedagógica, cerne desses profissionais, e das facetas já aprofundadas, hospitalar, empresarial e carcerária-social, encerra-se a

discussão com uma breve fala acerca do desempenho pedagógico observado em mais alguns espaços, como aqueles de foco histórico-cultural, ambiental e até mesmo jurídico e psicológico, tais como museus, espaços de produção científica, centros culturais e com projetos de educação ambiental, tribunais, clínicas de avaliação, acompanhamento e intervenção psicopedagógica, e na produção e revisão de materiais didáticos, nos quais os pedagogos podem atuar com excelência e grande impacto.

Os Museus são, segundo Oliveira (2020), instituições sem fins lucrativos, abertas ao público, que atuam para o desenvolvimento social através da busca, curadoria, aquisição, conservação e exposição de itens, relatos e registros da trajetória do homem em áreas diversas da sociedade (arte, história, religião, meio ambiente, educação, moda, política, música, etc.) que difundem saberes histórico, artísticos e culturais e conscientizam seus frequentadores acerca da importância da valorização do patrimônio material e imaterial das sociedades (educação patrimonial), que as diferencia de outros lugares do mundo, compondo a identidade de cada grupo social, em cada região, e fazendo com que sejam como são. Fazem parte da exemplificação dessas instituições, além dos museus, os “sítios arqueológicos, os monumentos históricos, os jardins zoológicos e botânicos, os centros de ciências e planetários, os parques naturais e as galerias de arte” (OLIVEIRA, 2020, p. 65).

Nestes espaços as práticas educativas incluem ações de gestão, coordenação e orientação pedagógica, podendo guiar visitas, desenvolver, acompanhar e executar programas de formação de novos difusores daquele conhecimento, elaborar e realizar projetos de mediação educacional específicos para a manutenção da temática e do acervo de cada museu e, ainda de acordo com a autora supracitada, participar de maneira multidisciplinar (articulada com as visões dos demais profissionais que atuam na instituição, como historiadores, antropólogos e museólogos) da organização de exposições itinerantes, mostras de filmes, conferências, congressos, oficinas, programações especiais de datas comemorativas, e elaboração de materiais informativos e de divulgação (como folhetos, folders, vídeos, livros, aplicativos multimídias, sites, etc.).

Estes espaços representam alternativas de aprendizagem sobre temáticas variadas podendo compor projetos escolares de maneira interdisciplinar, diversificando o cotidiano de pesquisa estudantil, e contribuindo para o aumento do

capital cultural das pessoas que ali frequentam através da educação para o bem comum, pelo estímulo à conscientização, defesa, cuidado, preservação e valorização da herança cultural passada de geração a geração, fortalecendo a identidade cultural, o senso de pertencimento a um grupo, participação em uma causa comum, ou de respeito por outras comunidades.

A possibilidade de realização de objetivos tão benéficos só se torna possível a partir da associação a projetos pedagógicos norteados pelo resgate histórico e pela memória da sociedade, nesta acepção “é o trabalho pedagógico desenvolvido no museu que irá atribuir significados à visita de modo a aguçar a curiosidade do estudante para que posteriormente ele sinta vontade de voltar, assim como de conhecer outros espaços”, (OLIVEIRA, 2020, p. 68).

Da mesma forma a atuação pedagógica não formal tem muito a contribuir em espaços de preservação, projetos ambientais e através do movimento de Educação Ambiental da Eco-Pedagogia, em consonância com o aumento da importância e atenção dadas à urgência de se aumentar o nível de conscientização social acerca da necessidade de se repensar a relação homem x natureza, e os muitos problemas advindos do presente desequilíbrio desta relação.

Ações educativas de preservação e conscientização precisam contextualizar os projetos de acordo com as necessidades de cada grupo atendido, vinculando os educandos a “formas de pensamento e comportamentos, valores e atitudes que tenham como objetivo a mudança da realidade. Educação ambiental é processual, e não tem tempo de duração definido, é permanente, pois trata-se de preservação contínua” (OLIVEIRA, 2020, p. 70). Cabendo, portanto, aos pedagogos desenvolver estratégias com intenção Eco Pedagógica, selecionar temas e materiais, coordenar sua realização, monitorar e mediar as intervenções cabíveis para colocar em prática estratégias de intervenção pedagógica como visitas educativas, exposições, contação de história e oficinas contextualizadas e cheias de significado que estimulem os educandos ali envolvidos a compreender seus papéis nessa situação e a importância de se tornarem mais responsáveis, conscientes e ativos quanto ao que podem fazer, quais hábitos, posturas e valores podem, ou até devem, mudar, adotar ou replicar e difundir em seu meio para se tornarem ambientalmente benfeitores.

Ressaltando que desde 1999, ano de implantação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a Educação Ambiental vem sendo fomentada em espaços escolares e não escolares do Brasil, com vistas a difundir noções de

consciência ecológica e preservação ambiental, associadas ao fortalecimento do senso de cidadania e do pensamento crítico reflexivo social, práticas nas quais os pedagogos tem muito que contribuir, segundo Oliveira (2020) partindo da proposição de metodologias de aprendizagem teoricamente embasadas e práticas educativas com objetivos organizados, realizando o planejamento, execução e avaliação dos projetos de educação ambiental, coordenando atividades, monitores e educadores ambientais, desenvolvendo ações ecologicamente conscientes, bem como intervindo de maneira transformadora e estimulante da responsabilidade social.

Tal modalidade de aplicação da Pedagogia fora dos espaços escolares pode ser vista no trabalho destes profissionais com uma infinidade de temas pertinentes a causas carentes de defesa ou de ciência da população, como a defesa de parques, florestas, rios ou animais específicos, que estejam sendo degradados ou ameaçados de extinção; o uso consciente da água; a importância da reciclagem e da coleta seletiva do lixo; o impacto da sustentabilidade na sobrevivência de comunidades pelo uso de hortas comunitárias e agroflorestas; projetos específicos para cidades turísticas, populações ribeirinhas, povos da floresta, vila de pescadores, quilombolas, indígenas; entre várias outras iniciativas.

Outro espaço receptivo à atuação de pedagogos fora dos muros escolares são os Espaços Artísticos, nos quais é estimulado o pensamento criativo, a originalidade, a expressão da personalidade, de talentos e habilidades diversas, a visão estética e tantos outros aspectos de enorme importância cultural, que podem se beneficiar enormemente do planejamento e acompanhamento das atividades, da coordenação, da organização de metodologias, da avaliação do impacto social e artístico ocorrido naquele espaço, da disciplina e do empenho pedagógicos, para favorecer o a produção artística, o entretenimento, o acesso comunitário, a inclusão social, a profissionalização, e evitar perdas de tempo, confusão de informações e atuações desconexas por parte dos profissionais (assistentes sociais, psicólogos, administradores, etc.), instrutores, educadores e estudantes ali envolvidos. Pensamento complementado pelo seguinte entendimento

A arte é intrínseca à nossa cultura e à nossa vida em sociedade. As manifestações artísticas fazem parte de nossa construção identitária e não podem servir apenas para um grupo hegemônico ou elitizado. Esses centros de artes são importantes por criarem oportunidades para que alunos de todas as idades e de diversos nichos sociais possam ter contato com a música, com a dança, com o teatro, com a literatura, com as artes visuais etc. (OLIVEIRA, 2020, p. 75).

É importante que os pedagogos que intencionam atuar em espaços de estímulo, produção e exposição artística se mantenham abertos e sociáveis na interação com pessoas de perfis diferentes, no trabalho em grupo, na gestão e coordenação pedagógicas, e no trabalho dos aspectos educativos e profissionalizantes ali existentes.

Tal atuação pode ser possibilitada pela realização de oficinas, rodas de conversa e debates que contribuam para o desenvolvimento cognitivo, psicossocial e da consciência crítica, ao mesmo tempo em que ensinam conteúdos agregadores e significativos, que estimulem o exercício da cidadania, promovam a inclusão social por meio da convivência comunitária, e também oportunizem a profissionalização dos alunos destes centros. Ainda segundo a autora,

A arte e a cultura em sua essência possuem caráter educativo dando oportunidades para que as pessoas descubram sua criatividade e reforcem seus valores culturais. Muitos espaços de educação em arte e cultura estão vinculados a projetos sociais que buscam minimizar a presença de crianças e jovens nas ruas, o consumo de drogas, a entrada para o tráfico ou para a prostituição, usando assim elementos artísticos e culturais para realizar um trabalho de caráter socioeducativo (OLIVEIRA, 2020, p. 77).

Considerando que, em todo lugar onde houver uma prática educativa com intencionalidade há espaço para atuação pedagógica (PERITO, 2021), o próximo espaço não formal que aqui será mencionado por sua crescente ascensão (e bons resultados) é o Jurídico. Neste, os pedagogos podem ser designados como peritos judiciais ou extrajudiciais, ou Pedagogos Jurídicos, ficando responsáveis pela metodologia de estudo e aprendizagem de textos legais (princípios, normas, resoluções, procedimentos, etc.); pela realização de perícias de textos e assinaturas, verificando a autenticidade de documentos; dando assistência a juízes e promotores na composição de suas teses e na elaboração de relatórios e pareceres de julgamentos, garantindo uma maior compreensão e clareza de informações e proporcionando um ponto de vista didático e pedagógico referente às demandas criminológicas.

Outro grande exemplo dessa atuação é a possibilidade de realizar consultorias de avaliação especializada em Varas de Justiça e Tribunais, avaliando, segundo Ampli (2021) a vulnerabilidade da realidade da pessoa envolvida, bem como situações de abandono de menores ou idosos. Podendo também trabalhar com menores de idade sob a tutela do Estado, afastados do convívio com suas

famílias (casos de abandono) ou em cumprimento de medidas socioeducativas, contribuindo para sua ressocialização por meio do acompanhamento pedagógico e do olhar mais atento sobre a realidade e as motivações dos jovens, podendo até mesmo organizar visitas externas ou, na impossibilidade destas, momentos culturais para que os jovens tenham contato com outros aspectos da sociedade na qual espera-se que aquele jovem seja reintegrado.

O Pedagogo Jurídico atua em várias frentes: como professor, no caso de internos de longa permanência, orientador, no caso de menores com dificuldade de aprendizado, e como consultor perante o poder Judiciário. Como professor, o Pedagogo pode dar aulas de várias disciplinas aos internos para que esses possam ficar o mais próximos possível do processo educacional. Como orientador, conversa e ajuda quem tem problemas em aprender alguns conteúdos (AMPLI, 2021).

Nos Fóruns de Justiça o Pedagogo Jurídico ainda pode organizar visitas de pessoas que querem adotar filhos, participando do complexo processo de avaliação do perfil destas pessoas. Nestes locais também pode dar consultoria a juízes, promotores e jurados em casos que envolvam menores de idade como réus, vítimas ou testemunhas (por seus estudos acerca do impacto de certas condições de vida no desenvolvimento de crianças e adolescentes), bem como aos próprios menores, de acordo com Ampli (2021), orientando-os quanto aos procedimentos legais e ajudando-os a entender o andamento dos processos e o papel do envolvidos (juiz, promotor, acusação, defesa, etc.).

O Pedagogo Jurídico pode desenvolver e sugerir metodologias de ensino, atividades pedagógicas e educacionais para públicos específicos. Como possui uma formação voltada para a educação, terá subsídios para orientar promotores e juízes sobre esse assunto (AMPLI, 2021).

A Pedagogia Jurídica ocorre de maneira interligada à prática do Direito, sendo função do Pedagogo refletir, questionar e auxiliar na compreensão e aplicação da Justiça, a partir da compreensão da necessidade de estudos constantes associados ao pensamento metodológico e didático; da importância da compreensão sobre o desenvolvimento humano e as particularidades inerentes a cada fase da vida; bem como da importância da fundamentação teórica e da reflexão crítico-filosófica alinhada ao conhecimento dos direitos e deveres sociais e das normas e princípios constitucionais e legais.

Uma última ramificação da atuação pedagógica não formal em voga na sociedade moderna e merecedora de menção por sua crescente procura e reconhecida contribuição educacional é a Psicopedagogia. Especialização que, segundo a escritora Nadia Bossa (2019) caracteriza-se por uma área de confluência do psicológico e do educacional e se vale de teorias da Pedagogia, da Psicologia, da Psicanálise, da Filosofia, da Sociologia, da Linguística e até da Biologia e da Neurologia, para possibilitar uma maior compreensão do processo de aprendizagem e seus aspectos facilitadores e comprometedores.

Responsável pela investigação das causas (biológicas, afetivas ou intelectuais) comprometedoras ou estimulantes do processo de aquisição do conhecimento, de acordo com Acampora (2019) essa prática busca identificar transtornos e síndromes que causam desordens de aprendizagem (como dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), transtornos do espectro autista (TEA), Síndrome do X Frágil, deficiência intelectual, e até psicoses infantis como a esquizofrenia infantil) e sugerir formas de minimizar, ou até superar completamente, tais empecilhos ao desenvolvimento educacional.

Na prática a Psicopedagogia pode ser trabalhada em clínicas, instituições, escolas, hospitais, nos quais suas aplicações podem ir desde o conteúdo escolar tradicional até em áreas como a música, a informática e as interações tecnológicas, a criatividade, etc. Nas quais o psicopedagogo trabalha por meio de entrevistas e extensas observações do cliente (criança, adolescente ou adulto) buscando estabelecer perfis comportamentais e de aprendizado, que forneçam dados de como cada educando se relaciona com a aprendizagem e os mecanismos, instrumentos e demais personagens do universo educativo.

Para tanto, Acampora (2019) explica que os psicopedagogos se valem de testes variados (como o teste das frases incompletas, de associação de palavras, de memória, de sequência lógica, de orientação temporal e espacial, bem como testes escolares e de técnicas projetivas) capazes de alimentar o diagnóstico inicial e direcionar os rumos da intervenção psicopedagógica. Tais práticas ainda podem ser associadas a visitas à escola da criança/adolescente avaliado e a entrevistas com seus responsáveis e com o próprio cliente para compreender todo seu contexto e como esses aspectos impactam em seu desenvolvimento cognitivo, compondo um

informe psicopedagógico mais rico em detalhes, e uma orientação mais eficiente acerca do que precisa e pode ser feito em cada caso.

O trabalho psicopedagógico, em muitos casos, pode ser associado ao trabalho de uma equipe multiprofissional para a qual o cliente pode ser encaminhado de forma a trabalhar suas dificuldades com diferentes enfoques e técnicas (fisioterapêuticas, psicoterápicas, fonoaudiológicas, etc.), tudo para garantir os melhores resultados no desenvolvimento das potencialidades e habilidades daquela pessoa, a prevenção de novas dificuldades de aprendizagem, e um resultado mais abrangente da intervenção pedagógica para a evolução educacional.

Por fim, tamanha lista de exemplos da atuação dos Pedagogos fora das instituições oficiais de ensino apenas demonstra que a Aprendizagem, e a busca pela Educação como forma de desenvolvimento humano, não possui limites espaciais ou etários, devendo ser pensada em toda a sua amplitude, destacando que o foco da Pedagogia é abrir as portas da Educação aonde e a quem quer que dela sinta necessidade, cabendo aos pedagogos se manterem atualizados e em aprimoramento e estudo constantes para serem capazes de pensar práticas educativas enriquecedoras e condizentes com cada contexto de seus alunos, que estreitem seus laços com os conhecimentos e saberes que mais façam sentido e contribuam para a melhoria de suas realidades através da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se discutir a atuação dos pedagogos em espaços educacionais não escolares é muito importante que se estabeleça uma contextualização do tema partindo da compreensão do conceito de Educação, da percepção de seus diferentes tipos: Formal, Não Formal e Informal, e da diferenciação destes quanto a sua aplicação na realidade educativa. Objetivo proposto no projeto monográfico e trabalhado no primeiro capítulo da presente monografia, que ainda abordou os diversos aspectos da formação pedagógica contemporânea, a classificação da atuação dos pedagogos fora das escolas como Educação Não Formal ou Não Escolar, e as origens dessa atuação no Brasil em busca de contribuir para uma sociedade mais justa, na qual um maior número de pessoas tenha acesso a processos de aprendizagem em espaços não convencionais, impactando positivamente a estrutura social.

A meu ver tal atuação é sim muito benéfica, e vem apresentando tantos resultados positivos que está conquistando cada vez mais espaço na sociedade e nas graduações de Pedagogia, fato confirmado pela ampliação do foco teórico dos cursos, que vêm buscando trabalhar conteúdos mais diversificados para ampliar o repertório teórico dos futuros profissionais e aprofundar sua noção acerca da importância de tanto contextualizar os saberes a serem trabalhados, quanto observar o contexto, a realidade, de seus alunos a fim de definir quais aprendizados terão mais significado, personalizando e agregando valor à experiência como um todo.

Vejo ainda grande importância em serem pensadas as características de um pedagogo capacitado para a atuação em múltiplas esferas da sociedade, bem como as diferentes funções que esse profissional pode desempenhar e as exigências de cada possibilidade, para que se possa visualizar melhor essas atuações fora dos muros escolares, como são percebidos e quais as contribuições que eles podem fazer junto aos estudantes de cada um desses espaços.

Temática do segundo capítulo desta monografia, que abordou a visão da educação ao longo da vida, o continuum educativo citado por Delors (1998), indo além da imagem tradicional dos Pedagogos, focada na infância, e expandindo essa atuação para tantas esferas que eu jamais havia imaginado, como a hospitalar, a

social, a ambiental, a artística, entre tantas outras dentre as quais espero poder atuar de alguma forma ao longo da carreira que aqui inicio.

Neste sentido, observada toda a discussão introduzida, proposta e trabalhada nesta monografia de conclusão de curso, compreendi que a resposta para o problema proposto para investigação é de que, sim, o pedagogo, na contemporaneidade, está sendo formado e preparado para atuar em espaços educacionais não escolares. Tendo estimulada em sua graduação uma atitude reflexiva e uma visão desenvolvida, ampla e aberta a perfis diferentes de alunos, e necessidades formativas específicas de cada faixa etária, momento da vida, carreira ou projeto pessoal, para, conforme entendimento de Severo (2015), construir a relação entre os sujeitos e saberes com o contexto histórico, social e institucional mais amplo que envolve a situação educativa, inserindo-a numa complexa trama de relações que carregam contradições e possibilidades de formação humana.

Porém, ainda que a formação pedagógica esteja em crescente processo de ampliação de seu foco de atuação, pude observar que, infelizmente, ainda há muito que ser trabalhado nos cursos. Acredito que teria sido extremamente proveitoso, informativo e agregador para todos os alunos do curso que houvesse uma disciplina abordando essa temática especificamente, de maneira mais detalhada e reforçada com indicações de estágio que possibilitassem um contato inicial supervisionado com tantas e tão variadas formas de prática pedagógica. Por esse motivo, fiquei satisfeita com a escolha desse tema de pesquisa que me proporcionou tantos conhecimentos novos e importantes, que pretendo seguir estudando e certamente terão impacto na carreira que pretendo trilhar.

Tal pesquisa estimulou minha curiosidade e me manteve interessada do início ao fim, e me foi muito gratificante descobrir que Pedagogos podem atuar em áreas tão diversas. Percebo que o conhecimento destas capacidades ainda é escasso em nossa sociedade, e acredito caber aos Pedagogos levantar essa discussão e trazer à luz suas muitas capacidades educacionais e as contribuições que podem fazer nos mais variados espaços, sendo imperativo, para tanto, que eles mesmos tenham ciência destas possibilidades, para que as revelem para a comunidade externa à do ensino e as exerçam com propriedade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACAMPORA, Bianca. **Psicopedagogia clínica: o despertar das potencialidades**. 4 ed. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2019.

AMPLI, Redação. **Pedagogia jurídica: o que é e para que serve?** 2021. Disponível em: <https://blog.ampli.com.br/guia-de-profissoes/pedagogia-juridica-o-que-faz/>. Acesso em: 10 out. 2021.

BOSSA, Nádya A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 5 ed. Rio de Janeiro, Walk Editora, 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é educação?** 49 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. (reimpr. da 1. ed. de 1981. Coleção Primeiros Passos; 20).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1/2006**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura – DCN's. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 06 maio 2021.

DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação Para o Século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 71).

_____. **Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos**. Investigar em Educação IIª série, número 1, São Paulo, 2014.

HAMZE, Amelia. Trabalho Docente - Andragogia e a arte de ensinar aos adultos. 2007. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/andragogia.htm>. Acesso em: 23 jun. 2021.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**. Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12>> ou <<https://www.semanticscholar.org/paper/Pedagogia-e-pedagogos%3A-inquieta%C3%A7%C3%B5es-e-buscas-Lib%C3%A2neo/86d7d2fba1ed3b051e6a1a8d658bc554a636643>> Acesso em: 24 maio 2021.

_____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOREIRA, Adriele de Lima; FREITAS, Maria Cecília Martínez Amaro. **Pedagogia em espaços não escolares e suas principais funções**. 2018. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/1459/1/TCC%20202%20Adriele.pdf>. Acesso em: 06 maio 2021.

MORELLATO, J. L. H.; SILVA, M. P. A. C.; CUNHA, T. C. O.; PUGLIA, V. M. S. A Atuação do pedagogo nos espaços não escolares no município de Campos dos Goytacazes, RJ. **Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, v. 10, n. 27, p. 63-83, 2020.

OLIVEIRA, Sandra Maria. **Projetos e gestão em espaços não escolares**. 1. ed. Goiânia, Centro Universitário Araguaia – Uniaraguaia, 2020 (Núcleo de Tecnologia em Educação a Distância - NUTEC).

PERITO, Sistema do. **O Que faz um perito judicial pedagogo?** 2021. Disponível em: <https://www.blog.sistemadoperito.com.br/post/o-que-faz-um-perito-judicial-pedagogo>. Acesso em: 10 out. 2021.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas. **RBEP: Estudos, Rev. Bras. Estud. Pedagog.** (online), Brasília, v. 96, n. 244, p. 561-576, set./dez., 2015.

SOUSA, Jaqueline Almeida. **Educação em espaços não-escolares: O CRAS como campo de desenvolvimento**. 2012. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/educacao-em-espacos-nao-escolares-o-cras-como-campo-de-desenvolvimento/21349>. Acesso em: 06 maio 2021.